

O QUE É SER PESCADORA ARTESANAL? PERSPECTIVAS DAS MULHERES DA PESCA ARTESANAL DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS - RS

*WHAT DOES IT MEAN TO BE AN ARTISANAL FISHERWOMAN? PERSPECTIVES OF WOMEN IN ARTISANAL FISHING IN
THE LAGOA DOS PATOS - RS*

*¿QUÉ SIGNIFICA SER PESCADORA ARTESANAL? PERSPECTIVAS DE LAS MUJERES DE LA PESCA ARTESANAL DEL
ESTUARIO DE LA LAGOA DOS PATOS - RS*

Giulia Câmara¹

Cristiano Quaresma de Paula²

Resumo

A participação das mulheres na pesca artesanal vai muito além da etapa de captura do pescado, compreendendo diferentes atividades de pré e pós-captura, como a confecção e o reparo de petrechos e embarcações, o beneficiamento e a comercialização do pescado, assim como o trabalho reprodutivo necessário à manutenção da vida nas comunidades. Apesar disso, a construção das legislações que regem a atividade pesqueira no Brasil historicamente privilegiou a captura como aspecto central para o reconhecimento profissional. Diante dessa problemática, entre os anos de 2022 e 2023, demos início a pesquisa aqui apresentada que busca compreender o que é ser pescadora artesanal a partir de duas perspectivas: a do Estado brasileiro e a das próprias pescadoras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. Nossa análise é orientada pelas categorias de território normado e território usado, do professor Milton Santos. Metodologicamente, realizamos pesquisa bibliográfica, análise documental da legislação pesqueira e entrevistas semiestruturadas com seis pescadoras artesanais de diferentes localidades do estuário. Os resultados nos mostraram uma discrepância entre reconhecimento institucional do trabalho da pesca no Brasil e a multiplicidade de trabalhos, saberes e relações que constituem a identidade das pescadoras do estuário da Lagoa dos Patos. Para as entrevistadas, ser pescadora é tudo, é tradição, é autonomia, é pertencimento, é trabalho e é modo de vida.

Palavras-chave: Pescadora artesanal; Território usado; Território normado; Reconhecimento profissional; Lagoa dos Patos.

Abstract

Women's participation in artisanal fishing goes far beyond the fish-catching stage, encompassing different pre- and post-capture activities, such as the making and repair of fishing gear and vessels, fish processing and commercialization, as well as the reproductive work necessary for sustaining life in fishing communities. Despite this, the development of legislation regulating fishing

activity in Brazil has historically privileged capture as the central aspect of professional recognition. In light of this issue, between 2022 and 2023, we began the research presented here, which seeks to understand what it means to be an artisanal fisherwoman from two perspectives: that of the Brazilian State and that of the artisanal fisherwomen themselves from the Lagoa dos Patos estuary. Our analysis is guided by the categories of normed territory and used territory, proposed by Professor Milton Santos. Methodologically, we conducted bibliographic research, documentary analysis of fishing legislation, and semi-structured interviews with six artisanal fisherwomen from different localities in the estuary. The results revealed a discrepancy between the institutional recognition of fishing work in Brazil and the multiplicity of forms of work, knowledge, and relationships that constitute the identity of fisherwomen in the Lagoa dos Patos estuary. For the interviewees, being a fisherwoman is everything: it is tradition, autonomy, belonging, work, and a way of life.

Keywords: Artisanal fisherwoman; Used territory; Normed territory; Professional recognition; Lagoa dos Patos.

Resumen

La participación de las mujeres en la pesca artesanal va mucho más allá de la etapa de captura del pescado, comprendiendo diferentes actividades de pre y poscaptura, como la confección y reparación de aparejos y embarcaciones, el procesamiento y la comercialización del pescado, así como el trabajo reproductivo necesario para el mantenimiento de la vida en las comunidades. A pesar de ello, la construcción de las legislaciones que regulan la actividad pesquera en Brasil ha privilegiado históricamente la captura como aspecto central para el reconocimiento profesional. Frente a esta problemática, entre los años 2022 y 2023, iniciamos la investigación aquí presentada, que busca comprender qué significa ser pescadora artesanal a partir de dos perspectivas: la del Estado brasileño y la de las propias pescadoras artesanales del estuario de Lagoa dos Patos. Nuestro análisis está orientado por las categorías de territorio normado y territorio usado, propuestas por el profesor Milton Santos. Metodológicamente, realizamos investigación bibliográfica, análisis documental de la legislación pesquera y entrevistas semiestructuradas con seis pescadoras artesanales de diferentes localidades del estuario. Los resultados mostraron una discrepancia entre el reconocimiento institucional del trabajo pesquero en Brasil y la multiplicidad de trabajos, saberes y relaciones que constituyen la identidad de las pescadoras del estuario de Lagoa dos Patos. Para las entrevistadas, ser pescadora lo es todo: es tradición, autonomía, pertenencia, trabajo y modo de vida.

Palabras clave: Pescadora artesanal; Territorio usado; Territorio normado; Reconocimiento profesional; Lagoa dos Patos.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal não se limita ao ato de capturar o pescado. Muito pelo contrário, é uma atividade extrativista, artesanal e territorial, que é constituída por diferentes saberes e fazeres tradicionais (De Paula, 2023). Além disso, a partir de Silva (2015, p. 19) também podemos entendê-la enquanto “um circuito produtivo em que, na maioria das vezes, o[a] trabalhador[a] é o dono[a] dos meios de produção, que são em geral, o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar”. Nesse circuito produtivo, as mulheres desenvolvem diferentes atividades: capturando, confeccionando e reparando redes, petrechos e embarcações, beneficiando, processando e comercializando o pescado ao mesmo tempo que atuam diretamente na manutenção da vida a partir do trabalho doméstico.

Ainda que essas mulheres exerçam todas essas atividades, muitas das vezes, o trabalho desenvolvido por elas cotidianamente não é reconhecido tampouco valorizado. Enquanto a captura é frequentemente associada ao trabalho

masculino e reconhecida como atividade propriamente pesqueira, as atividades desenvolvidas pelas mulheres são entendidas como complementares, auxiliares ou até como extensão de suas responsabilidades familiares e domésticas. Essa diferenciação está relacionada à divisão sexual do trabalho, que atribui diferentes funções sociais aos homens e às mulheres, estabelecendo também uma hierarquia entre elas (Hirata e Kergoat 2007).

Nesse sentido, o presente artigo deriva da pesquisa que realizamos entre os anos de 2022 e 2023. Naquele momento, nosso objetivo principal era compreender o que significa ser pescadora artesanal a partir de duas perspectivas: a do Estado e das próprias pescadoras artesanais da nossa área de estudo, o estuário da Lagoa dos Patos. Sendo assim, analisou-se como as normas que regulamentam a atividade pesqueira impactam no reconhecimento das mulheres da pesca artesanal e, em contraposição, buscamos entender como as próprias pescadoras definem sua profissão, sua identidade e seu modo de vida.

Para realizar essa análise, partimos das categorias desenvolvidas pelo professor Milton Santos (1999, 2000, 2002, 2005), sendo essas: o território usado e o território normado. Enquanto o território normado nos possibilita compreender as normas e ações institucionais que incidem sobre a pesca, o território usado nos permite observar as práticas, relações, identidades e experiências construídas no cotidiano compartilhado. É na relação entre essas duas dimensões que se torna evidente o conflito entre aquilo que determinadas normas reconhecem como atividade pesqueira e aquilo que as próprias mulheres vivenciam como pesca.

METODOLOGIA

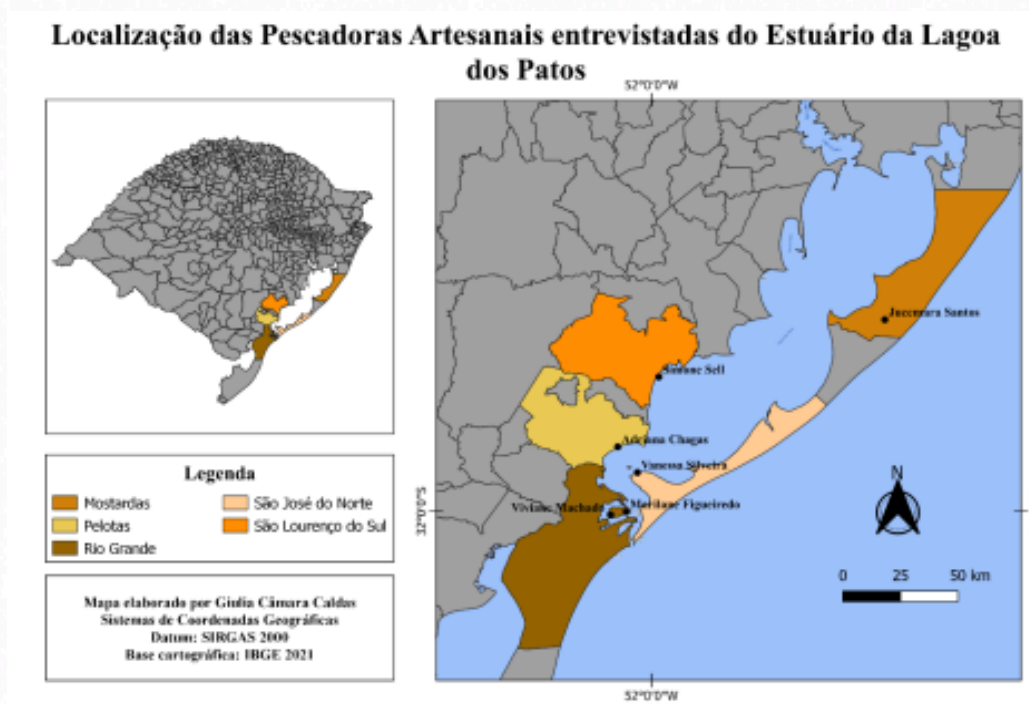
A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, entendida como adequada para a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos pelas sujeitas às relações sociais que constituem seu cotidiano (Silva e Mendes, 2013). Primeiramente, realizamos pesquisa bibliográfica sobre pesca artesanal, território e gênero. Em segundo momento, para compreender a perspectiva institucional sobre as pescadoras artesanais, realizamos a pesquisa documental voltada à legislação pesqueira brasileira.

Entre os documentos analisados estão a Lei nº 11.959 de 2009, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e os Decretos nº 8.424 de 2015, nº 8.425 de 2015 e nº 8.967 de 2017. A partir disso, analisamos as categorias utilizadas pelo Estado para definir as sujeitas e as atividades que compõem a pesca artesanal.

Em seguida, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis pescadoras artesanais de diferentes localidades do estuário da Lagoa dos Patos: Adriana Chagas, de Pelotas; Jucemara dos Santos, de Mostardas; Marilane Figueiredo e

Viviane Machado Alves, da Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande; Vanessa Silveira, de São José do Norte; e Simone Sell, de São Lourenço do Sul. As entrevistadas foram indicadas por pescadoras da região, buscando contemplar diferentes trajetórias e localidades do estuário.

Figura 1: Mapa da localização das pescadoras artesanais entrevistadas



Fonte: Giulia Câmara (2022).

É importante destacar que as entrevistas foram realizadas por chamada de vídeo, gravadas mediante autorização e posteriormente transcritas. O roteiro abordou a trajetória das mulheres na pesca, atividades realizadas na cadeia produtiva, maternidade, documentação, relação com o Estado, acesso a direitos, participação em organizações sociais e, por fim, a pergunta central: “O que é ser pescadora artesanal para você?”. Nesse sentido, nos orientamos nesta análise a partir da contraposição entre território normado e território usado pelas pescadoras, buscando colocar as normas que regulamentam a atividade pesqueira em diálogo com as experiências das mulheres que vivem e trabalham na pesca artesanal.

TERRITÓRIO NORMADO: ENTRE RECONHECIMENTO E INVISIBILIZAÇÃO DAS PESCADORAS ARTESANAIS

Para compreendermos a relação entre Estado e pescadoras artesanais é necessário reconhecermos que a pesca brasileira foi submetida, historicamente, a diferentes processos de institucionalização e regulamentação. Catia Antonia da

Silva (2015) nos mostra que a ação do Estado sobre a pesca esteve inicialmente relacionada ao controle territorial e, posteriormente, às políticas de modernização e industrialização do setor.

Ao longo desse processo, a pesca artesanal esteve sujeita a normas desenvolvidas em escalas distintas e distantes dos lugares onde se realizam as práticas cotidianas das comunidades tradicionais pesqueiras. Essa relação pode ser compreendida pela categoria de território normado. Para Milton Santos (2005, p. 137) “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. O território se realiza por meio dos diferentes usos, ações e intencionalidades que nele coexistem. Nessa perspectiva, podemos concluir que o Estado também é um agente que usa o território.

Como afirma Santos (2002, p. 152), “A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território”. Souza (1999, p. 6), dialogando com a obra de Milton Santos, define o território normado como o “território nacional, estadual e municipal, o território submetido a normas legais constitucionais, técnicas, financeiras, políticas”. Na medida que essas normas estabelecem proibições, direitos e critérios de acesso às políticas públicas, elas interferem concretamente nos diferentes usos do território e no cotidiano das pessoas que nele vivem e trabalham. Ao definir quem pode possuir determinado registro, licença ou benefício, o Estado produz critérios de reconhecimento que impactam as existências das trabalhadoras e trabalhadores da pesca artesanal brasileira.

Mendes (2019), Hellebrandt (2017) e Azevedo (2021) demonstram que o trabalho feminino na pesca artesanal não foi devidamente reconhecido pelo Estado, assim como pela sociedade. A divisão sexual do trabalho contribui para compreendermos esse processo. No contexto pesqueiro, a oposição entre mar e terra frequentemente corresponde também à oposição entre trabalho masculino e feminino. As atividades realizadas no mar, especialmente a captura, foram historicamente reconhecidas como centrais para a produção, enquanto aquelas desenvolvidas em terra foram tratadas como secundárias, mesmo sendo fundamentais à realização da atividade pesqueira (Alencar, 1993).

A partir da pesquisa, identificamos que essa hierarquização se expressa também na legislação. A Lei nº 11.959 de 2009, mais conhecida como lei da pesca, define pesca como operações direcionadas a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros e que define pescador profissional como a pessoa licenciada que exerce a pesca com fins comerciais. Ao mesmo tempo, a própria legislação apresenta uma noção mais ampla de atividade pesqueira, incorporando processamento, transporte e comercialização e reconhecendo trabalhos relacionados à confecção e ao reparo de petrechos e ao processamento do produto da pesca artesanal.

Enquanto a atividade pesqueira pode ser compreendida como um conjunto amplo de práticas, a definição profissional se limita à pessoa que realiza a captura. Essa contradição nos auxilia a entender a invisibilização das etapas de pré e pós-captura, realizadas de forma majoritária por mulheres. O Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, tornou ainda mais evidente essa diferenciação entre a captura e as demais etapas da atividade pesqueira ao regulamentar os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício das atividades pesqueiras.

É nesse decreto que surge, entre as categorias de inscrição no RGP, a figura do trabalhador ou trabalhadora de apoio à pesca artesanal, definida como a “pessoa física que, de forma autônoma ou em regime familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, exerce trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos, de reparos em embarcações de pesca de pequeno porte ou atua no processamento do produto da pesca artesanal” (Brasil, 2015).

Desse modo, atividades fundamentais às etapas de pré e pós-captura passaram a ser juridicamente classificadas como “apoio à pesca”, diferenciando quem realizava a captura e aquelas/es envolvidas/os nas demais etapas da pesca. Essa diferenciação trouxe consequências ainda mais concretas alguns meses depois, com a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, que, ao regulamentar o seguro-desemprego do/a pescador/a artesanal, estabeleceu que “a concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei” (Brasil, 2015).

Posteriormente, o Decreto nº 8.425/2015 foi revogado pelo Decreto nº 8.967/2017, e a categoria de “trabalhador ou trabalhadora de apoio à pesca artesanal” deixou de existir entre as possibilidades de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira. Como aponta Hellebrandt (2017, p. 47), se anteriormente o Estado denominava como “apoio à pesca” as etapas da atividade pesqueira em que as mulheres mais participavam, com a alteração normativa essas atividades deixam até mesmo de constituir uma categoria própria de inscrição no RGP, contribuindo para tornar institucionalmente invisível parte das mulheres da pesca.

Portanto, o problema não está somente em reconhecer que homens e mulheres desempenham funções diferentes em determinados núcleos familiares. Está na produção de uma hierarquia entre essas funções. Quando a captura funciona como principal referência para a identificação da/o profissional da pesca, atividades fundamentais para a reprodução da cadeia produtiva são invisibilizadas. Essa questão possui grande importância para as pescadoras porque

as atividades de pré e pós-captura estão fortemente relacionadas ao trabalho feminino. Além disso, a divisão sexual do trabalho faz com que mulheres majoritariamente conciliem essas atividades com o trabalho doméstico e de cuidado.

A partir dos relatos que serão apresentados a seguir, compreendemos que a disponibilidade para ir ao mar é determinada também pelas responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres. Dessa maneira, a definição institucional da pescadora entra em conflito com a complexidade das práticas existentes e realizadas cotidianamente no território. É nesse ponto que o território usado se torna fundamental para a análise, enquanto o território normado evidencia as categorias produzidas pelo Estado, o cotidiano revela formas de trabalho e de identificação que não se restringem apenas à captura. O território usado permite, nesse sentido, compreender a existência verdadeiramente manifestada no tempo presente.

O QUE É SER PESCADORA ARTESANAL PARA AS MULHERES DA PESCA ARTESANAL DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS?

“O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 1999, p. 8). Essa passagem de *Dinheiro e Território*, de Milton Santos, contribui diretamente para compreendermos a Lagoa dos Patos enquanto território usado pelas pescadoras e pescadores artesanais. No contexto da pesca, podemos pensar esse “chão” também a partir das águas, uma vez que é na relação entre terra e água que se realizam o trabalho, a moradia, os deslocamentos, os saberes e fazeres que sustentam o modo de vida pesqueiro. Assim, interpretar a Lagoa dos Patos como território usado significa compreendê-la como parte constitutiva da própria existência das pescadoras artesanais.

Ao longo das entrevistas realizadas com as seis pescadoras artesanais que protagonizaram esta pesquisa, falamos sobre o cotidiano da pesca, as atividades realizadas no dia a dia, maternidade, direitos, reconhecimento/invisibilização institucional, assim como autoreconhecimento. Adriana, Jucemara, Marilane, Vanessa, Viviane e Simone fazem da pesca artesanal seu modo de vida. Por isso, apresentaremos inicialmente um pouco das suas trajetórias de vida, com destaque para os caminhos pelos quais cada uma se reconheceu enquanto pescadora artesanal.

Em Pelotas, Adriana Chagas nasceu em uma família pescadora. A pesca esteve presente em sua vida desde cedo, embora tenha se dedicado aos estudos e atuado profissionalmente em outras áreas. Mais tarde, após se casar com um pescador, passou a viver diretamente da atividade. Ao lembrar desse momento, Adriana conta: “*Fui para a atividade com*

ele no começo do nosso casamento. Eu me casei com 21 anos e aí como a família já toda era e ele era pescador eu migrei para a pesca também, mas a pesca está no sangue”.

Em Mostardas, Jucemara dos Santos também cresceu em uma família ligada à pesca. Seu contato com os saberes e fazeres da pesca artesanal começou ainda na infância e atravessa diferentes gerações de sua família: *“Eu tenho ligação com a pesca a vida inteira. Porque eu venho já de família pescadora, de pai e mãe, avós, tios, minha bisavó, meu bisavô”.* Ainda na adolescência, Jucemara passou a viver de seu próprio trabalho na pesca. Posteriormente, conheceu seu atual marido e os dois passaram a viver integralmente da atividade. Ao falar sobre a forma como se reconhece, explica:

a pesca está presente na minha vida desde sempre e me identifico como pescadora desde sempre. Eu estudei, completei meu ensino médio na minha cidade, em Mostardas, mas me reconheço como pescadora desde sempre porque a pesca chegou na minha vida através dos meus laços familiares, então para mim foi só uma continuidade do que sempre tive no meu entorno.

Em Rio Grande, na Ilha dos Marinheiros, Marilane aprendeu a pescar com seus pais e avós. Desde os sete anos de idade acompanhava a família na lida diária e por conta disso relaciona sua trajetória na pesca às experiências vividas desde a infância. *“Mulher sempre trabalhando na pesca e defendendo a pesca e os afazeres da casa, ajudava meu pai depois casei ajudando meu esposo na lida da pesca, sempre sobre isso”*, nos afirmou ao ser questionada sobre quando se reconheceu pescadora.

Em São José do Norte, na comunidade da Várzea, Vanessa também construiu sua relação com a pesca a partir da família. Quando criança, vivia na beira da praia, pescava, acampava com seus familiares e acompanhava o cotidiano da atividade. Enquanto seu pai ia ao mar (forma como a Lagoa é comumente chamada pelas pescadoras e pescadores), ela permanecia em terra esperando o pescado para participar do beneficiamento. Foi nesse cotidiano que aprendeu a limpar camarão e selecionar os peixes. Dessa maneira, pesca entrou em sua vida também pelas atividades realizadas depois da captura. Mais tarde, Vanessa se casou com um pescador e atualmente os dois trabalham em regime de economia familiar.

Na Ilha dos Marinheiros, Viviane iniciou sua trajetória na pesca após se casar, no início dos anos 2000. Ao passar a viver na comunidade, começou também a observar o lugar ocupado pelas mulheres nos espaços de decisão e a questionar sua pouca participação nesses espaços. Em 2003, participou de uma formação em Recife e, a partir dessa experiência, aprofundou sua participação nas discussões sobre as relações de gênero nas comunidades pesqueiras e sobre os direitos das mulheres. Desde então, sua trajetória na pesca também passou a envolver a organização e a mobilização das pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos na luta pelo território e direitos sociais e trabalhistas.

Em São Lourenço do Sul, Simone Sell teve contato com a pesca ainda criança, por meio dos vizinhos, do irmão e da prima. Nos finais de semana, acompanhava os familiares nas pescarias e naquele período enxergava a vida no mar

como uma aventura. Simone seguiu estudando e se formou em contabilidade, mas nesse processo, percebeu que desejava construir sua vida na pesca. Ao explicar essa escolha, ela nos contou: *“o que eu gostava mesmo era de estar na natureza, era de estar pescando, era de eu vender meu peixe, eu tirar meu dinheiro próprio, sem está ninguém me mandando. Eu dependendo de mim, eu gostava era disso”*.

As trajetórias dessas seis mulheres nos apresentam diferentes caminhos de aproximação e permanência na pesca artesanal. Em cinco delas, a pesca já estava presente no cotidiano familiar/comunitário desde a infância e foi aprendida por meio da convivência com mães, pais, avós, irmãos, entre outros. Já a pescadora Viviane passou a viver diretamente da pesca após o casamento e, a partir disso, construiu também uma trajetória de participação nas lutas das mulheres da pesca.

Através dessas narrativas, compreendemos que o reconhecimento enquanto pescadora artesanal vai sendo construído no cotidiano e na relação com o território. A pesca é aprendida na convivência, na observação, na participação nas atividades e na transmissão dos saberes entre gerações. Para algumas delas, como Jucemara e Marilane, reconhecer-se pescadora remete diretamente à infância. Para Adriana e Simone, esse reconhecimento também se relaciona às escolhas feitas ao longo da vida. Já a trajetória de Viviane nos apresenta como a inserção no cotidiano pesqueiro pode levar também à organização política e à luta pelo reconhecimento das mulheres.

Nas entrevistas, buscamos também compreender as atividades desenvolvidas pelas pescadoras em seu cotidiano. Para Milton Santos (1996), o cotidiano reúne tempos distintos da vida social, pois supõe “o passado como herança e o futuro como projeto”. O presente constitui um pequeno espaço entre aquilo que já se realizou e aquilo que ainda pode vir a acontecer, “cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe” (Santos, 1996, p. 10).

O cotidiano é composto pela materialidade e imaterialidade que nos cerca, pelas normas, e pela espontaneidade, ou seja, pelas ações, sejam elas intencionais ou não (Santos, 1996). Por isso, olhar para o cotidiano das pescadoras nos ajuda a compreender como a pesca artesanal acontece na prática e como o trabalho é organizado ao longo dos dias. As narrativas de Adriana, Jucemara, Marilane, Vanessa, Viviane e Simone vão nos revelar uma pesca composta por diferentes atividades que se sucedem e se articulam entre as águas e a terra. A partir de suas experiências, podemos acompanhar como esse trabalho se organiza concretamente e como a participação das mulheres se dá em diferentes momentos da atividade pesqueira.

Jucemara participa das diferentes etapas da atividade pesqueira. Ao falar sobre seu trabalho, explica que ele vai *“desde a saída para pesca e despesca, quanto para o trabalho de beneficiamento, venda. tudo que envolve, a gente participa de tudo”*. No cotidiano, as tarefas são organizadas de acordo com as necessidades de cada dia. Em alguns momentos, enquanto seu marido vai pra água, Jucemara permanece em terra realizando outras atividades; em outros, essa organização se modifica. Assim, captura, beneficiamento, organização do trabalho e comercialização fazem parte da rotina de ambos.

Marilane também participa de diferentes momentos da pesca. Ao descrever seu cotidiano, apresenta a quantidade de tarefas envolvidas na atividade:

então assim, a gente vende o pescado em casa, a gente beneficia o camarão, eu faço as embalagens. Eu vendo as embalagens de camarão e do crustáceo e do peixe também. Tudo isso aí nós mulheres pescadoras que fazemos. Sem contar quando eles vêm com aquelas redes, que a gente bota aquela rede e fica muito vento e a rede vira uma corda. A gente tem de destorcer aquilo tudo. Ajudar ele porque sozinho não dá. Todo serviço do mar é um serviço muito forçado. Se o homem não tiver o proeiro, a mulher tem que ajudar, ou uma mulher tem que ajudar uma a outra porque serviço de mar é serviço forçado. E como mulher pescadora nós temos que ajudar nosso esposo a pintar, a lavar, às vezes a fazer o próprio nome da embarcação porque o mar exige muito esforço, muito esforço e tem que ser dois. Sozinho é muito difícil e tem as redes pra remendar, é rede pra entralhar, é aquelas roupas que vem do mar pra lavar, é muito serviço.

A fala de Marilane nos apresenta de forma bastante direta a dimensão do trabalho realizado pelas mulheres. Redes, embarcações, beneficiamento, embalagens, roupas utilizadas na pesca e comercialização fazem parte de uma rotina que exige tempo, conhecimento e esforço. Sua fala também mostra que o trabalho das pescadoras acompanha todo o processo necessário para que a pesca aconteça.

Vanessa também atua em diferentes etapas da atividade. Participa da captura, do beneficiamento e da comercialização, mas, em seu cotidiano, dedica-se principalmente ao trabalho com a carne de siri. O pescado também pode seguir para os atravessadores, mostrando que a organização do trabalho varia conforme o produto e as formas de comercialização disponíveis. Já Adriana encontrou na comercialização uma forma de garantir renda a partir da pesca. Além da Feira do Pescador, que é realizada com maior frequência durante a Semana Santa, possui um quiosque na praia, onde comercializa o pescado por meio de produtos como bolinhos e risoles. Seu trabalho está diretamente ligado ao beneficiamento e à comercialização do pescado. Essas atividades fazem parte de uma estratégia de agregar valor ao pescado e ampliar a renda da família.

Viviane resume sua participação nas diferentes etapas ao afirmar: *“todo o nosso pescado é processado aqui em casa, a gente pesca, processa e comercializa”*. Simone também participa das diferentes atividades. Entalha e remenda

redes, vai à captura, limpa e fileta o pescado e realiza a comercialização. O beneficiamento aparece em sua narrativa como uma forma de agregar valor ao produto e melhorar a renda obtida com a pesca. Ao falar sobre sua rotina, afirma:

aí é eu que faço essas coisas, eu tenho meu barco, eu vou pra lagoa, ninguém vai por mim. Eu mesma gosto de ir, eu largo rede, tiro rede, claro sempre tem que ter uma pessoa junto. Sozinha eu não vou, mas é isso. Todos esses trabalhos é eu que faço, depois eu limpo meu peixe e muitas vezes eu faço filé. Na verdade, eu sempre vendo o peixe limpo. No geral, nada eu entrego assim sujo, como eu te falei, eu vendo em casa, pra mim eu trabalho, eu mesmo faço o meu serviço pra gente ter uma qualidade de vida melhor, né, ganhar um pouco mais e é isso aí.

Ao reunirmos essas experiências, compreendemos que o cotidiano das pescadoras artesanais é formado por múltiplas atividades que se articulam entre si. Capturar, beneficiar, limpar, filetar, remendar redes, cuidar das embarcações, preparar embalagens, comercializar o pescado fazem parte do trabalho realizado por essas mulheres. Essas atividades também nos ajudam a compreender a pesca artesanal para além do momento da captura. A pesca acontece por meio de uma sequência de trabalhos que se complementam e que garantem que o pescado chegue até a comercialização, onde efetivamente vira renda para as famílias. As narrativas das pescadoras mostram que elas estão presentes em quase todos os momentos desse processo.

A participação das mulheres nas diferentes atividades da pesca também precisa ser compreendida junto às outras dimensões de suas vidas, como a maternidade. Entre as seis pescadoras entrevistadas, quatro são mães, e suas falas nos mostram como a maternidade impacta diretamente na organização dos seus trabalhos. Adriana, Marilane, Vanessa e Viviane nos relataram mudanças em suas rotinas após o nascimento dos filhos, sobretudo nos primeiros anos, quando o cuidado exigia maior presença em terra.

Adriana possui dois filhos e contou que teve o apoio de sua mãe durante os primeiros anos do filho mais velho, mas assumiu sozinha os cuidados com o segundo. Nesse período, deixou de ir para a água e chegou a pensar em abandonar a pesca. Foi também nesse contexto que criou a Feira do Pescador, encontrando na comercialização uma forma de continuar trabalhando e contribuindo para a renda familiar enquanto permanecia próxima aos filhos. Hoje, os dois também escolheram a pesca artesanal como profissão.

Marilane viveu uma experiência semelhante. Ao recordar esse período, nos disse: *“quando eu tive os filhos, eu não ia ao mar, mas eu sempre fui quando eu era solteira e ainda vou ao mar com meu esposo”*. Os filhos permaneciam próximos durante suas atividades. Vanessa também deixou de acompanhar com frequência a captura após o nascimento do filho. Como não possuía familiares próximos que pudessem ficar com a criança, passou a se dedicar mais às demais

atividades da pesca realizadas em terra. Com o crescimento do filho e a presença de sua irmã para auxiliar nos cuidados, voltou a ter maior disponibilidade para ir junto ao marido para a Lagoa.

As experiências dessas mulheres mostram que a maternidade reorganiza o cotidiano da pesca. Durante determinado período, a participação na captura diminui e outras atividades passam a ocupar maior parte do seu tempo. Beneficiar o pescado, comercializar, cuidar das ferramentas de trabalho e dos filhos passam a acontecer tudo ao mesmo tempo. Dessa forma, compreendemos que o trabalho das pescadoras atravessa tanto a produção quanto a reprodução da vida a partir dos cuidados necessários dos núcleos familiares.

Essa organização evidencia a divisão sexual do trabalho discutida por Kergoat (2007), na qual determinadas responsabilidades continuam sendo socialmente atribuídas às mulheres. É justamente nesse ponto que torna-se necessário repensar a definição profissional da pescadora centrada apenas na captura. Quando perguntamos sobre quem deve ser reconhecida enquanto pescadora artesanal, todas destacaram as diferentes atividades necessárias para a realização da pesca. Adriana explica que *“a mulher ela pesca, ela beneficia o produto e outra coisa ela remenda, ela tem várias atribuições, que dá suporte ao pescador, mesmo que ela não vá para o mar. Porque se é de regime de economia familiar, ela tem o direito”*. Jucemara também questiona uma compreensão limitada à captura:

porque tu podes ter certeza de que talvez elas não vão com mais frequência ao mar, mas se caso, por algum motivo, o companheiro ou outro membro da família não puder ir, eu tenho certeza de que ela vai porque ela sabe executar as funções, ela sabe trabalhar com a pesca, só que dentro do contexto familiar às vezes rende mais ela ficar em outras funções dentro da pesca artesanal.

A fala de Jucemara é importante porque destaca o conhecimento das pescadoras. A permanência em terra em determinados dias ou períodos não significa desconhecimento sobre a captura. Essas mulheres sabem pescar, conhecem os instrumentos, as águas e as demais atividades que fazem parte do trabalho. A divisão das tarefas acompanha a dinâmica de cada família e as necessidades de cada momento da vida.

Marilane também relaciona diretamente o reconhecimento profissional ao conjunto das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Para ela, cuidar dos filhos, realizar o trabalho doméstico, beneficiar o pescado e participar dos cuidados com a embarcação fazem parte do cotidiano das famílias que vivem da pesca. Por isso, afirma: *“a mulher que está em casa beneficiando o peixe é pescadora tanto quanto o homem que vai ao mar”*. Vanessa apresenta a mesma compreensão ao falar sobre sua própria rotina: *“quando eu não estou no mar eu estou fazendo uma rede, remendendo uma rede, fazendo o que eu posso, e arrumando as coisas para o meu marido poder pescar”*. A fala mostra como os diferentes trabalhos se articulam. A preparação de uma rede, seu conserto ou a organização dos petrechos utilizados na captura fazem parte das condições necessárias para que a própria pescaria aconteça.

Simone observa essa realidade também entre outras mulheres de São Lourenço do Sul:

eu sei por que aqui perto da minha casa muitas mulheres de pescadores também, quando o marido chega do mar com peixe, elas já vão, pegam os peixes e fileteiam, que a maior parte das pessoas fazem isso e já arrumam peixe, já embalam peixe, tão ali na volta trabalhando e muitas ficam em casa vendendo o peixe, muitas fazem bolinho de peixe. Então eu acho que elas têm direito né, não sei, eu penso assim né, tão trabalhando juntos, tão fazendo juntos. Então meu pensamento é assim.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento dessas mulheres como pescadoras também passa pela documentação e pelo acesso aos direitos. Todas as entrevistadas possuíam Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) no período das entrevistas. Adriana, Marilane, Simone e Viviane também possuíam Licença de Pesca, matrícula junto à Marinha e embarcação registrada em seu nome. Jucemara possuía sua documentação individual, ainda que a embarcação não estivesse registrada em seu nome. Ao explicar sua situação, afirma: *“a nossa pesca em si é em regime de economia familiar, mas os documentos meus são individuais, a carteira de pesca, licença”*.

A documentação aparece nas falas como forma de garantir o reconhecimento profissional e o acesso aos direitos. Simone explica a preocupação em manter seus registros atualizados:

em relação a documentação, eu tenho todos os papéis, tudo que é necessário, eu sempre fiz questão assim, logo que eu comecei em seguida, acho que uns dois meses depois eu procurei a Z8, falei com o presidente da época. Até porque o pessoal falava muito que não podia andar na lagoa sem documento porque se a marinha pegasse a pessoa podia ser presa, ah dava um grande problema. Aí eu já comecei, já fiz minha carteira de pesca, fiz o curso que tinha que fazer curso e aí tudo o que é preciso, licença de pesca, tudo isso eu estou sempre indo lá vê o que é precisa porque está sempre mudando.

Contudo, as próprias pescadoras também relatam os limites desse reconhecimento institucional. Nas entrevistas, quando perguntamos sobre a relação com o Estado, apareceram críticas à falta de políticas públicas, às dificuldades de acesso aos direitos e à pouca valorização da pesca artesanal. Jucemara afirma: *“é falho, eu acho, deveria ser mais incentivada, mais valorizada, mais bem vista talvez, eu sinto falta da presença de forma positiva na vida do pescador e da pescadora”*.

Para ela, compreender a pesca exige reconhecer toda a cadeia de trabalho existente para além da captura e considerar a participação das mulheres nas diferentes etapas. Isso não quer dizer que qualquer relação com a pesca seja suficiente para caracterizar uma pessoa como pescadora artesanal. As próprias entrevistadas reconhecem a necessidade de distinguir quem efetivamente vive e trabalha da atividade. O que suas narrativas questionam é a captura como critério capaz de representar, isoladamente, a complexidade da pesca artesanal. A reivindicação pelo reconhecimento das múltiplas formas de ser pescadora é, assim, uma reivindicação para que as políticas públicas se aproximem da realidade concreta dos territórios pesqueiros.

Marilane também recorda que o reconhecimento das mulheres como pescadoras foi sendo conquistado ao longo do tempo: *“desde o começo nós mulheres não eram reconhecidas na pesca, a gente apenas ajudava, nós não tínhamos documento”*. O acesso à documentação possibilitou o reconhecimento de direitos trabalhistas e previdenciários, como o seguro-defeso, o auxílio-maternidade e a aposentadoria, mas, em sua avaliação, ainda faltam políticas voltadas especificamente para as necessidades das pescadoras.

A questão aparece de forma ainda mais direta na fala de Viviane: *“para o Estado, nós somos invisíveis. Não existe pescadora artesanal para o Estado. Eles nos veem pescadoras como ajudante de pesca e apoio de pesca e nós não somos apoios de pesca, nós somos pescadoras. E nós precisamos de políticas públicas e que o Estado nos reconheça”*. Essa fala resume uma questão presente ao longo das entrevistas: a distância entre a maneira como essas mulheres vivem e compreendem a pesca e as formas pelas quais o trabalho é reconhecido institucionalmente. As pescadoras reivindicam o reconhecimento de um trabalho que já realizam diariamente e que sustenta a própria atividade pesqueira.

A experiência vivida por Viviane durante as mobilizações pelo seguro-defeso mostra a dimensão dessa disputa. Em 2014, após ter o benefício negado, participou de uma manifestação pública junto a outras pescadoras. Segundo seu relato, foi apresentado às mulheres um documento no qual deveriam declarar que eram mulheres de pescadores e que permaneciam em casa realizando atividades para seus maridos. Viviane recorda: *“na folha dizia que nós não íamos ao mar, que nós ficávamos em casa para fazer comida pro marido levar para o mar, que lavávamos roupas e ficávamos em casa para cuidar dos filhos e a gente não aceitou aquilo ali”*. A recusa em assinar o documento também foi uma recusa a uma definição que não correspondia à forma como aquelas mulheres compreendiam seu próprio trabalho. Elas se reconheciam enquanto pescadoras e reivindicavam seus direitos a partir dessa condição.

Viviane também relata que as mulheres se mobilizaram em frente ao Ministério do Trabalho e enfrentaram resistência dentro da própria organização representativa da categoria. Ao falar sobre o sentido da participação das pescadoras nos movimentos sociais, afirma: *“é mostrar para os governos e para a sociedade que nós existimos, que nós estamos aqui, que sabemos os nossos saberes da pesca, que nós existimos, que nós vamos ao mar e tentar contornar um pouco essa desigualdade que há entre pescadores e pescadoras”*.

Quando perguntamos diretamente o que significa ser pescadora artesanal, as respostas aproximam profissão, modo de vida, família, conhecimento, liberdade e relação com a natureza. Para Adriana, ser pescadora artesanal *“é ter muita coragem, é ter muita coragem para levar em frente essa classe, que é uma cultura que a gente já teve, porque eu já venho da cultura da pesca artesanal, já vem de família, pra nós a pesca artesanal é tudo, é de onde a gente tira o*

sustento, é de onde a gente consegue sobreviver, porque com a pesca artesanal tu sobrevive". Já Lucemara apresenta essa relação a partir da tradição e dos saberes transmitidos entre gerações:

ser pescadora artesanal para mim é carregar comigo uma tradição, um modo de vida, um conhecimento que me foi passado por pessoas que muitas vezes não tinham o estudo, mas tinham a sensibilidade de perceber a natureza, conhecer a natureza, de viver em harmonia com ela, sabe? Vir de família pescadora e de hoje estar formando a minha família e vivendo da pesca artesanal que é um método e um modo de trabalho com base sustentável, com base de conhecimento, de entender a natureza e respeitar a natureza e assim é um orgulho pra mim. Ao contrário do que muitos pensam ou dizem e veem isso como uma coisa negativa eu digo que é totalmente o contrário porque só conhecendo, se permitindo conhecer a pesca artesanal para entender. Quem tem o olhar para enxergar a beleza que tem a pesca artesanal não vai se arrepender porque é lindo a forma como o pescador convive bem com a natureza, porque a gente tira o nosso sustento diretamente da natureza. E assim, os nossos professores são pessoas simples, humildes, mas que tinham o conhecimento extraordinário sobre a vida, sobre a natureza, sobre o conhecimento das ondas, das marés, dos ventos, é incrível e para mim é muito gratificante. Então é motivo de orgulho para mim... e não tem vida melhor, no meu ponto de vista. Porque a gente vive em paz, a gente podendo trabalhar, nos permitindo trabalhar, a gente tem uma vida tranquila e em paz. Não almejamos riquezas, mas o suficiente para viver bem, para viver confortavelmente e isso nos basta.

Marilane define a pesca a partir da ideia de arte: *"a arte de fazer a rede, a arte de limpar o pescado, a arte de tudo"*. Ao explicar quem é a pescadora artesanal, afirma: *"Pescadora é aquela que se levanta cedo, ou vai ao mar com o esposo ou fica esperando aquele peixe para beneficiar. Para a ajuda em toda a lida. Essa é a pescadora artesanal, que faz da pesca a sua arte. Quando um pescador faz um barco ele está fazendo a sua arte. O pescador artesanal aquele que sabe pegar limpar, fazer, usufruir da sua profissão."*

A arte a que Marilane se refere está presente no saber fazer pesqueiro. Simone também apresenta uma relação afetiva com a profissão: *"para mim, eu amo pescar, eu amo estar na natureza, na verdade eu me sinto em paz, eu amo chegar nas redes, ver o peixe, trazer o peixe. Então é isso, é amor, amor pelo que tu faz. Eu sou feliz com a pesca porque eu amo pescar"*. Para Viviane, a pesca está diretamente ligada à liberdade: *"é tudo, é ser livre, é ser dona dos meus horários, dona do meu trabalho"*. Ao falar sobre seu cotidiano, complementa: *"eu faço os meus horários, todo o meu cotidiano, eu já tenho todo ele pronto de manhã quando eu acordo, se eu estiver cansada, eu paro tudo e me deito. Então assim, eu sou dona de mim e dona da minha trajetória durante o dia a dia"*.

As respostas apresentam diferentes sentidos que partem das vivências de cada uma, que mesmo que diferentes possuem a pesca artesanal como comum. Coragem, tradição, arte, amor, liberdade, autonomia, conhecimento e sustento aparecem nas formas como essas mulheres explicam sua relação com a pesca. Esses sentidos foram construídos no cotidiano da Lagoa dos Patos, nas relações familiares e comunitárias, no aprendizado entre gerações e nas atividades realizadas diariamente.

Por isso, quando retomamos a ideia de território usado, compreendemos que a identidade das pescadoras se constrói junto ao uso que fazem desse território. A Lagoa é espaço de trabalho, de convivência, memória, de vida. A casa,

onde o pescado é beneficiado, as redes são confeccionadas e remendadas, a embarcação, os espaços de comercialização e de uso comum e as próprias águas fazem parte de um mesmo cotidiano pesqueiro que é constantemente ameaçado pelo avanço da modernização (De Paula, 2023).

Diante do exposto, compreendemos que ser pescadora artesanal vai muito além de uma profissão, está relacionado à participação em um modo de vida construído em torno da pesca. As atividades podem variar entre a captura, o beneficiamento, a preparação dos instrumentos, a comercialização e os cuidados que permitem a reprodução da vida familiar, mas todas participam da realização da atividade pesqueira. É nesse cotidiano que as pescadoras produzem seus saberes, garantem seu sustento, constroem sua autonomia e afirmam sua identidade. Dessa forma, quando Adriana afirma que *“pra nós a pesca artesanal é tudo”*, Jucemara fala de *“uma tradição, um modo de vida”*, Marilane define a pesca como *“arte”*, Simone a relaciona ao *“amor”* e Viviane diz que ser pescadora *“é ser livre”*, elas nos apresentam diferentes formas de expressar uma experiência comum, que a pesca artesanal faz parte da maneira como trabalham, vivem e se reconhecem no território da Lagoa dos Patos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender o que é ser pescadora artesanal a partir da perspectiva do Estado brasileiro e das próprias pescadoras do estuário da Lagoa dos Patos. A análise evidencia que a resposta para essa pergunta se encontra atravessada por uma disputa entre as categorias utilizadas para normatizar a atividade pesqueira e as práticas e identidades construídas pelas mulheres no território usado.

As legislações analisadas demonstram que, embora a atividade pesqueira possa ser compreendida de maneira abrangente, incorporando diferentes momentos da cadeia produtiva, o reconhecimento profissional esteve fortemente relacionado à captura. Essa centralidade gera impactos relacionados à perda de direitos trabalhistas e previdenciários para as mulheres, visto que possuem forte participação nas etapas de pré e pós-captura devido a influência da divisão sexual do trabalho sobre a organização das atividades pesqueiras.

As pescadoras do estuário participam da captura, confeccionam e reparam redes, cuidam das embarcações, beneficiam, processam e comercializam o pescado. Ao mesmo tempo, essas atividades são articuladas ao trabalho doméstico e ao cuidado familiar. A pesquisa mostra que a ausência circunstancial da mulher no momento da captura não corresponde necessariamente à ausência de trabalho na pesca. Para as entrevistadas, ser pescadora também não se limita à realização de um conjunto de tarefas. Suas narrativas associam a pesca à tradição familiar, aos conhecimentos

transmitidos entre gerações, à relação com a natureza, ao sustento, à autonomia e ao pertencimento. Dessa maneira, a identidade da pescadora artesanal é construída no cotidiano e na relação com o território.

A análise permite afirmar que há um descompasso entre uma concepção da pescadora orientada prioritariamente pela captura e a multiplicidade de formas de trabalho e existência encontradas no território usado. A questão ultrapassa uma disputa terminológica: reconhecer quem é pescadora significa reconhecer seu trabalho e sua condição enquanto sujeita de direitos.

Nesse sentido, políticas públicas destinadas à pesca artesanal devem considerar a atividade em sua totalidade e reconhecer as especificidades da participação feminina. Isso definitivamente não é um trabalho simples. Exige muito debate, diálogo, principalmente com as sujeitas que são impactadas pela formulação dessas políticas. Exige também superar concepções que tratem os trabalhos de pré e pós-captura como auxiliares ou secundários e compreender que a reprodução da pesca artesanal depende da articulação entre diferentes atividades e sujeitas/os.

Diante dessa realidade, entre o território normado e o território usado, as pescadoras artesanais vem construindo estratégias para permanecer na atividade, reivindicar direitos e afirmar suas identidades. Suas experiências demonstram que ser pescadora artesanal é pescar, mas também é beneficiar, comercializar, cuidar, reparar petrechos, redes, embarcações, transmitir os saberes, organizar a vida familiar e participar de um modo de vida construído na relação cotidiana com as águas, com o território. Logo, reconhecer essas múltiplas formas de ser pescadora é condição para que as políticas públicas pesqueiras consigam alcançar aquelas que historicamente participam da reprodução econômica, social e cultural da pesca artesanal, mas que nem sempre foram reconhecidas em toda a dimensão de seu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Com muito respeito e carinho, agradecemos profundamente às mulheres que fazem parte deste trabalho, pela confiança, pela generosidade e pela disponibilidade em compartilhar conosco suas vivências, histórias e saberes. Suas contribuições foram imensuráveis para a construção desta pesquisa. Esperamos ter feito jus à confiança que depositaram em nós e, sobretudo, honrado suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

Alencar, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: Furtado, L. G.; Leitão, W.; Fiúza de Melo, A. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

Azevedo, N. T. Conflitos socioambientais, gênero e pesca artesanal. In: Barros, S.; Medeiros, A.; Gomes, E. B. (org.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Olinda: CPP, 2021. p. 178-183.

Brasil. Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.

Brasil. Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015. Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira.

Brasil. Decreto nº 8.967, de 23 de janeiro de 2017. Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, e o Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015.

Brasil. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Brasil. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.

De Paula, C. Q. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. 1. ed. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2023.

Hellebrandt, L. M. **Mulheres da Z3** – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos de gênero e pesca. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Hirata, H.; Kergoat, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

Mendes, B. L. **Redes invisíveis da pesca artesanal em Rio Grande**: obstáculos e barreiras impostos às mulheres pescadoras na busca dos direitos sociais previdenciários. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

Santos, M. **Por uma geografia cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, n. 21, p. 7-14, ago. 1996.

Santos, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

Santos, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Santos, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Santos, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Território**, ano V, n. 9, 2000, p. 103-109.

Silva, C. A. da. **Política pública e território**: passado e presente da efetivação dos direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Silva, J. M.; Mendes, E. de P. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: Marafon, G. J. et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 207-221.

Souza, M. A. Território, soberania e mundo novo. In: **Ciclo de Debates sobre Políticas Macroeconômicas – Alternativas para o Brasil**, Belo Horizonte, 6 a 15 jul. 1999. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1999, p. 3-10.